

Coluna do Castello

(AIVC) Mandato de Sarney só em janeiro

Dê quatro ou cinco anos na Comissão de Sistematização, a sorte do mandato do presidente José Sarney continuará atada à sorte da conjuntura econômica e política do país e só deverá ser decifrada quando o plenário da Constituinte, possivelmente em janeiro, votar o projeto de constituição do deputado Bernardo Cabral. Se agora obtiver os cinco anos que tanto quer, o presidente poderá dizer que ganhou, fortaleceu-se e que participará da batalha no plenário com um único problema para resolver: derrotar o parlamentarismo. Nada mais lhe interessa.

Por conveniência, Sarney não deixará que manche os festejos pela vitória dos cinco anos na comissão a aprovação, que deverá ser confirmada, da adoção, a partir de março do próximo ano, do parlamentarismo como sistema de governo. Porque essa, de fato, era a única coisa, até ontem à tarde, provável, mais do que provável, certa de ocorrer na votação marcada para hoje de manhã. Para barrar o "parlamentarismo, já", que lhe subtrairá grande parte dos poderes que detém, Sarney terá de reunir uma maioria absoluta de 280 em 559 votos no plenário da Constituinte.

Na hipótese de reuni-la, o presidente correria o risco de ver os parlamentaristas derrotados aderirem, em peso, ao mandato de quatro anos. Como foi na Comissão de Sistematização, também no plenário será votado, em primeiro lugar, o capítulo do projeto sobre sistema de governo e só depois, no exame do capítulo das "Disposições Transitórias", o tamanho do mandato do atual presidente da República. É, pois, como se vê, uma corrida de obstáculos cansativa e perigosa para um presidente, politicamente fraco, que comanda um governo inexistente, acuado por tantas crises.

Nas últimas 48 horas, evaporou, simplesmente, a estreita maioria de votos que parecia indicar a vitória do mandato de cinco anos na Comissão de Sistematização. O placar, até ontem à tarde, estava, com rigor, empatado. O governador Miguel Arraes despachou para Brasília seu chefe da Casa Civil, deputado Marcos Cunha, incumbido de avisar, pessoalmente, aos parlamentares do seu Estado, que a conjuntura aconselha a eleição do sucessor de Sarney em 1988. O vice-governador Almino Afonso desembarcou na cidade para fazer contraponto ao governador Orestes Quéricia.

Na sexta-feira, Quéricia almoçou com o presidente e produziu, depois, uma tímida declaração em favor do mandato de cinco anos e da manutenção do presidencialismo como sistema de governo. Reuniu-se, no fim da tarde, no escritório do governo de São Paulo, com o deputado Ulysses Guimarães e com mais cinco deputados que obedecem à sua liderança. Dos cinco, apenas um tem assento na Comissão de Sistematização — o deputado Theodoro Mendes, adepto escancarado, assumido, do mandato de cinco anos e autor de uma emenda presidencialista inspirada pelo consultor Saulo Ramos.

Em compensação, à noite, o vice-governador Almino Afonso visitou, em sua casa, o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e, ali, encontrou os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP), Chico Pinto (PMDB-BA), Fernando Gasparian (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Almino ocupou-se em convencê-los da conveniência da eleição presidencial no próximo ano. Disso está convencido o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que distribuiu, à tarde, nota a respeito. O senador Fernando Henrique Cardoso tinha esperança de fazer o governador Waldyr Pires atuar, ainda ontem, em favor dos quatro anos.

Uma rala esperança em um acordo de última hora com Sarney animava o deputado Ulysses Guimarães, que aderiu, anteontem, à fórmula do "parlamentarismo, já" com cinco anos de mandato. Ela foi sugerida pelos ministros militares ao presidente. O autor da fórmula, o senador José Richa, levou, na sexta-feira, o senador Afonso Arinos a propô-la, por telefone, a Sarney, que a recusou porque parecia seguro da aprovação do mandato de cinco anos e porque quer assegurar o presidencialismo. Pode se arrepender.